

## ESTUDO SOBRE A FIDELIDADE À PALAVRA EMPENHADA ENTRE OS ESTUDANTES<sup>1</sup>

Nelson Pedro Silva\*

**RESUMO.** Apresentamos resultados de pesquisa cujo propósito foi investigar a influência da *fidelidade à palavra empenhada* entre escolares. Adotamos o referencial piagetiano e o da teoria dos valores. Utilizamos 186 informantes de ambos os sexos, de diferentes idades e nível socioeconômico desfavorecido. Mediante seis historietas, confrontamos a *fidelidade* ao furto e à mentira. Os resultados indicaram que a idade e o envolvimento interpessoal não interferem nos julgamentos; há predomínio de uma visão circunscrita ao universo masculino e outra ao feminino e a maioria dos escolares opta pela ética da justiça. Isto ocorreu, acreditamos, pelo fato de os entrevistados priorizarem valores privados e ligados à glória.

**Palavras-chave:** Fidelidade à palavra empenhada, valores dos escolares, psicologia da moralidade humana.

## A STUDY ON THE FAITHFULNESS TO THE PLEDGED WORD AMONG STUDENTS

**ABSTRACT.** We present results of a research whose purpose was to investigate the influence of the faithfulness to the pledged word among students. We have adopted the Piagetian framework and the theory of values. We have used 186 informers of both sexes, from different ages and from unfavorable social and economical level. By means of six little stories, we have contrasted faithfulness to theft and lies. The results have indicated that age and interpersonal involvement do not interfere in judgments; there is a predominance of a view circumscribed to the male universe and another to the female universe and most of the students choose the ethics of justice. We believe that it has happened because the interviewees prioritized private values related to glory.

**Key words:** faithfulness to the pledged word, students values, psychology of human morality.

---

É habitual as crianças pedirem aos seus pares que prometam não delatá-las a ninguém quando realizam certas travessuras. Esse valor é considerado tão importante por elas que as que o prezam são dignas de elogios. Sorte diferente têm os delatores: quase sempre são punidos com o desprezo e a exclusão momentânea ou definitiva dos grupos de brincadeiras. Apesar disso, observamos que determinados professores constantemente solicitam das crianças a delação de colegas que tenham feito alguma espécie de travessura. Notamos nessas situações que a maioria das crianças, sobretudo as maiores, ficam em silêncio, mesmo diante das ameaças de punição e

independentemente do fato de estarem ou não envolvidas.

Em razão desses acontecimentos, recorreremos à literatura psicológica com o objetivo de saber quais motivos influenciavam a maioria das crianças a apresentar essa conduta de *fidelidade* aos colegas e aos amigos. Verificamos que muito se tem investigado a respeito do desenvolvimento humano infantil e da educação, notadamente a escolar. Os estudos se concentram, na sua maioria, nas dimensões cognitiva e afetiva, ou procuram relacioná-las à instituição educacional<sup>2</sup>. Porém, devido à amplitude do assunto, alguns temas têm sido objeto de poucas análises, como o do desenvolvimento moral.

---

<sup>1</sup> Apoio CAPES/PICDT.

\* Doutor em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia/USP. Docente do Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista – UNESP.

<sup>2</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos de Castorina e cols. (1988), Macedo (1992), Kupfer (1988 e 1990), Carraher e cols. (1991), Patto (1987 e 1990), Piaget (1948/1977, 1930/1996 e 1998), Dornelles (1987) e Freitag (1984).

Os estudos nessa área feitos no Brasil e conhecidos por nós referem-se a ensaios concernentes ao desenvolvimento moral na perspectiva piagetiana (La Taille, 1992), a pesquisas empíricas sobre a consciência e a maneira como as crianças praticam as regras dentro e fora da escola (Menin, 1985 e Freitag, 1984), ao impacto de ambientes cooperativos no desenvolvimento moral de escolares de 1º grau (Araújo, 1993 e Lukjanenko, 1995) e às relações entre o sentimento de vergonha e a moral (Araújo, 1998 e La Taille, 2000). Entretanto, são praticamente inexistentes estudos sobre as virtudes dos estudantes do ensino fundamental, principalmente sobre o valor moral da *fidelidade à palavra empenhada*.<sup>3</sup>

Pois bem, no presente artigo, pretendemos apresentar resumidamente alguns resultados de estudo feito por nós sobre a *fidelidade à palavra empenhada*, com o qual procuramos saber se ela atua como valor que influencia as relações interpessoais dos escolares.<sup>4</sup> O propósito desse estudo, dentre outros, foi contribuir para a discussão acerca dos princípios diretores da moralidade humana e o de preencher lacuna presente na literatura sobre a moral. São pouquíssimos os estudos psicológicos sobre a *fidelidade* e os relacionados ao desenvolvimento moral estão quase todos baseados na ética da justiça.

### REFERENCIAL TEÓRICO

Quanto ao referencial teórico, empregamos, basicamente, o formulado por La Taille (2000) a partir dos estudos empíricos e das reflexões sociológicas desenvolvidas por Piaget (1932/1994) e das análises filosóficas feitas, principalmente, por Taylor (1989/1994) – sobre a relação entre identidade e moral – e por Flanagan (1991/1996) – acerca da existência de inúmeros princípios diretores da moralidade humana.

Cabe dizer que a maioria das pesquisas sobre a psicologia da moralidade humana compartilha da definição de que a moral refere-se a um conjunto de regras e valores que têm por finalidade regular as

relações entre as pessoas. A moral, portanto, visa à garantia da convivência; sem ela, certamente, não seria possível a constituição do homem como ser civilizado e, em consequência, a sobrevivência da sociedade.

Apesar de admitirmos como válida esta definição, concordamos com as opiniões de Taylor (1989/1994) e Flanagan (1991/1996) de que ela é incompleta. A moral deve compreender, também, aspectos relacionados ao eu (*self*). Portanto, a concepção defendida no presente estudo entende que a moral refere-se a valores *inter* e *intrapessoais*. Isto não significa considerar os valores intrapessoais mais importantes do que os interpessoais. Neste ponto, defendemos a primazia da concepção de moral referenciada no outro. A nossa observação refere-se, tão-somente, ao seu *reduccionismo* às relações interpessoais, deixando de lado aspectos referentes à constituição de uma “vida boa”<sup>5</sup>, que dizem respeito ao eu. O segundo aspecto diz respeito, portanto, ao fato de as relações interpessoais comportarem outros valores, além da justiça.

Há, ainda, a influência de outras variáveis psicológicas que não só a razão, na determinação das condutas morais. Assim como La Taille (1992), pensamos que não basta a pessoa estar racionalmente convencida de que determinada ação é incompatível com a confiança mútua, como a de apropriar-se indevidamente de um bem alheio, para que não a execute. A história apresenta inúmeros casos e o próprio Piaget (1954) oferece indícios de que basta apenas uma pessoa autônoma passar a viver com indivíduos heterônimos para que aumente o grau de susceptibilidade à moral destes últimos, mesmo estando ela convencida do contrário. Este constitui mais um motivo para o estudo de outros valores; muitos deles até não são morais, mas, para os seus praticantes, eles têm esse caráter, na medida em que regulam as relações *intra* e *interpessoais*. Por exemplo, ser fiel a um traficante, não o delatando aos poderes constitucionais, é um ato condenável legal e moralmente. Afinal, a sua ação impede a interação social. Contudo, para quem manteve o segredo, a atitude pode ser vista como uma ação perfeitamente moral, na medida em que garante a harmonia, por exemplo, na favela – único meio social reconhecido por ele como digno de manutenção. Obviamente, sua

<sup>3</sup> Fizemos levantamento na base de dados eletrônica *Dedalus*, da USP (SP), por meio da palavra-chave *virtude* e encontramos 57 referências. Destas, pouco mais da metade fazia menção às virtudes morais, quase todas na forma de ensaios e apenas uma consistente em estudo empírico.

<sup>4</sup> Trata-se da tese de doutorado de nossa autoria intitulada *Entre o público e o privado: um estudo sobre a fidelidade à palavra empenhada*, apresentada em 2002 ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e que contou com a orientação do Prof. Dr. Yves de La Taille.

<sup>5</sup> “Vida boa” é um termo empregado por La Taille (2002) para se referir ao campo moral. “A reflexão sobre o bem moral está relacionada a uma reflexão sobre o que é uma ‘vida boa’. E a afetividade investida na moral também está relacionada à busca da realização de uma ‘vida boa’” (p. 158).

concepção está eivada de equívocos; todavia, é por meio dela que a sua sina é vivida e reconhecida.

Mesmo considerando ser impossível elevar a fidelidade à palavra empenhada à condição de valor moral em si, temos a dizer que, de qualquer forma, ela é um valor, outrora inclusive muito considerado por nossos antepassados e determinante de muitas das atitudes morais tomadas por eles, como as dos cavaleiros na Idade Média. Uma coisa que não se deve fazer, portanto, é desprezá-lo, além do fato de ser visto como digno de elogio e de admiração o homem *fiel à palavra dada*, mesmo em situações em que indiscutivelmente tal fidelidade tenha atentado contra valores ligados à ética do dever. É por esta razão que avaliamos como fundamentais, no estudo da moralidade humana, a identificação e a investigação dos valores (investimentos afetivos) prezados pelas pessoas, isto é, a compreensão da dimensão afetiva, além da racional.

Além disso, vários estudos realizados com o propósito de investigar variáveis psicológicas que comandam o desenvolvimento moral têm demonstrado que a imagem feita de nós mesmos se constitui num valor a ser mantido, pois é vista como uma *imagem positiva de si*. Segundo La Taille (1998 e 2000), esse valor pode ser moral (por exemplo, honestidade e coragem) ou não-moral (beleza, *status* financeiro e social). A presença de um ou de outro tipo de valor é de suma importância para a constituição de um indivíduo moral, pois se os valores morais forem centrais para o indivíduo, ele poderá, por exemplo, sentir vergonha, sentir-se desonrado ou indigno se for medroso ou cometer algum ato desonesto; ao passo que, se estes valores forem periféricos, tais sentimentos aparecerão quando ele não possuir riqueza ou o padrão de beleza almejado.

Movimento semelhante pode ser pensado, ainda segundo o referido pesquisador, no interior do próprio campo moral: o indivíduo pode priorizar alguns valores muito mais do que outros. Assim, “uma pessoa poderá associar sua personalidade a alguns traços morais (como coragem) e não a outros; ou mais a uns do que a outros” (La Taille, 1998, p. 10).

Em resumo, no presente estudo buscamos defender as seguintes teses: 1) a vida moral não é guiada apenas por um princípio diretor; 2) uma virtude não domina as demais; 3) são várias as virtudes relacionadas entre si, 4) que podem ser *intra* ou *interpessoais*; 5) a fidelidade à palavra empenhada não é, em si, uma virtude, pois depende do conteúdo a que se é *fiel* e do contexto em que efetivamente ela é *posta à prova*; 6) a referida fidelidade é entendida, aqui, como um valor privado. É um bem prezado por

quem o defende, porque, sob certos aspectos, favorece a interação interpessoal e é requisito para uma vida boa. O que seria, por exemplo, da amizade sem a fidelidade à palavra dada? Contudo, é um valor que se subordina aos públicos, pois, em última análise, a sua possível elevação à condição de regulador das relações sociais – semelhante em estatuto à justiça – impediria a própria existência da moral. Ela não favorece a harmonia social, contribuindo falsamente para a vida societária, já que para sua plena efetivação inviabiliza a existência da própria sociedade. Cabe-nos, assim, reafirmar que não nos propomos, no presente artigo, defender o valor fidelidade à palavra empenhada a ponto de atribuir-lhe estatuto de moralidade. Tampouco é nossa intenção contestar certas filosofias morais, indicadoras do *reto agir*, como a de Kant ou a de Aristóteles.

Isto posto, antes de apresentar alguns resultados, faremos considerações sobre o valor fidelidade e o método empregado no referido estudo.

### CONSIDERAÇÕES SOBRE A FIDELIDADE

Não faltam exemplos ficcionais em que a fidelidade desempenha papel fundamental na determinação das ações morais. A literatura parece ser o palco por excelência em que os destinos dos personagens são modificados radicalmente por esse valor. Por exemplo, a tragédia *Antígona* (Sófocles, 496-406 a.C.) pode ser considerada como uma das mais importantes obras de ficção que tratam do valor moral da fidelidade. Ela tem como eixo central a fidelidade de Antígona ao seu irmão e à tradição da *polis*, mesmo tendo que agir contra as ordens do tirano Creonte e, com isto, colocar em perigo a sua própria vida e a da sua irmã. Há ainda outros exemplos literários sobre o peso dado a este valor, sobretudo nas situações-limite em que o preço pago pela sua manutenção é a infelicidade, a injustiça ou até a própria vida. É o caso de Rodrigo – protagonista da tragédia *El Cid* – que, por fidelidade à sua honra, mata o pai da amada, provocando o seu ódio. É também o de Penélope, que, por vinte anos, aguarda fielmente o retorno de Ulysses.

No plano da realidade, o exemplo mais representativo talvez seja o de Sócrates, morto por fidelidade à sua consciência e às leis que ele próprio ajudou a elaborar. Relata Platão (428-348 a. C.) que, em 399 a. C., cidadãos atenienses reuniram-se para julgar Sócrates (469-399 a. C.), filósofo admirado sobretudo pelos jovens e odiado por muitos cidadãos que viam nele um perigo para as tradições da *polis*. Apesar de ter declarado inocência, e mesmo diante da

inconsistência das acusações, Sócrates foi condenado. Com a proximidade da execução da pena, seus discípulos suplicam-lhe que fuja. Mesmo considerando injustas as decisões tomadas, ele se recusa a fugir, pois isto significaria ser infiel a uma decisão tomada. “Porque não traíra sua consciência, preferia a morte a declarar-se culpado. Mas porque respeitava a lei não quisera fugir da prisão. Suas últimas palavras teriam sido ainda um testemunho dessa dupla fidelidade: a si mesmo e aos compromissos assumidos” (Pessanha, 1987, p. XI).

Estas considerações demonstram que a palavra *fidelidade* é empregada em situações diversas e pode ser estabelecida em relação a idéias ou a pessoas. Quanto à ação *fiel*, ela tem peso diferente se for um ato rotineiro ou esporádico, se obrigado ou executado voluntariamente. Apesar disso, todas as relações de *fidelidade* têm alguns elementos em comum.

O primeiro deles é que ela envolve a crença em algo estimado. Só é possível ser *fiel* se o sujeito estiver convencido da sua validade.

A *fidelidade* pressupõe, ainda, a presença da fé na imutabilidade das idéias e das pessoas. Seria inconcebível alguém crer no que imaginasse volúvel. Como seria possível ser *fiel* a alguém em relação a quem, de antemão, se tem por certa a mudança no dia seguinte? Assim, para ser *fiel* a alguém, além da crença em algo, é necessário acreditar que ele não vai se modificar. Desse modo, ela implica confiabilidade.

Essa necessidade de tornar eterno o valor só é possível graças à memória, pois ela nos torna capazes de lembrar; e o que nos faz querer lembrar é a *fidelidade*. Ela é, assim, conseqüência da memória e o elemento que a valida. Como seria possível ser *fiel* a algo sem o ato de recordar? Sem memória não seria possível o fortalecimento, ou até mesmo a existência da *fidelidade*; no entanto, a memória não se perpetuaria caso a *fidelidade* não existisse. Isto não significa que ela seja um puro recordar por entretenimento ou sem finalidade. De que valeriam as lembranças se não quiséssemos que elas viessem à memória e servissem de elemento para que no futuro não se cometessem os erros do passado, ou se perpetuassem os acertos? Elas teriam pouca utilidade, servindo tão-somente como objeto de adorno.

Assim, ser *fiel* é lembrar-se de certas idéias, e de que se gostaria de mantê-las inalteradas. A *fidelidade* tem um propósito: fazer algo vir à memória para não mudar. Isto não significa que as crenças não possam ser submetidas a críticas, discussões e reflexões, bem como, diante de evidências e argumentos, modificadas. O mais apropriado seria afirmar que a

*fidelidade* resiste a abandonar, a todo o instante, valores considerados caros para o sujeito.

Ela pressupõe ainda que os participantes do acordo sejam livres para optarem por serem *fiéis*. Diferentemente da obediência à autoridade, a *fidelidade* exige que o estabelecimento da ação *fiel* seja decorrência de livre escolha.

Além disso, a *fidelidade* subentende uma troca e, em conseqüência, o outro. Ela só é possível em relações interpessoais, seja com outros indivíduos, instituições, e até com a sociedade. Não faria sentido a existência da *fidelidade*, se ela não estivesse alicerçada neste aspecto.

Segundo Comte-Sponville (1995), a *fidelidade* exerce, às vezes, o papel de fundamento da moral. Por exemplo, podemos ser generosos somente se formos *fiéis* à virtude da generosidade. A esse respeito, Aristóteles, apesar de não ter dissertado especificamente sobre a *fidelidade*, assinala que a constância é condição necessária para a vida virtuosa. Assim, também para o pensador de *Ética a Nicômaco*, o fundamento da moral é a *fidelidade*.

Outro aspecto presente na *fidelidade* é o de que ela não se inclina unicamente aos valores nobres; logo, nem toda ação *fiel* é virtuosa. Um bando de ladrões pode ser *fiel* ao seu chefe, da mesma forma que um cidadão às leis democráticas de seu país. Um ato *fiel* não é, dessa maneira, determinado pelos valores a que se é *fiel*, mas ao fato de ele ser concebido como digno de ser adotado, isto é, possuidor de valor para o sujeito.

Há ainda a excelência moral da *fidelidade*. Nem todos os comportamentos “fiéis” podem ser vistos como de *fidelidade virtuosa*. Tendo como parâmetro a definição aristotélica, a ação moral de *fidelidade* só pode ser considerada virtuosa se for moderada. Denominada também de excelente, ela não se traduz na obediência desmesurada a qualquer valor. É contrária a todos os tipos de excessos, como o de ficar atado a um acordo que possa significar prejuízo a outrem. “A Fidelidade não desculpa tudo: ser fiel ao pior é pior do que renegá-lo. Os SS<sup>6</sup> juravam fidelidade a Hitler; essa fidelidade no crime era criminosa. Fidelidade ao mal é má fidelidade” (Comte-Sponville, 1995, p. 26). Não se pode conceber, assim, o comportamento obstinado de *fidelidade* a qualquer conteúdo como uma virtuosidade.

<sup>6</sup> SS é abreviatura da seção de segurança organizada, originalmente, com o fito de proteger Hitler. Com o seu fortalecimento, foi, depois de algum tempo, transformada no serviço de informações do governo nazista alemão e uma das maiores responsáveis pelo extermínio dos judeus europeus.

Outra característica presente na *fidelidade virtuosa* é a possibilidade de se mudar de idéia. Diante de novos argumentos que mostrem a incoerência, a insuficiência ou a caducidade do valor, um dos participantes do acordo, por exemplo, se vê desobrigado a manter o ato de *fidelidade*. Conforme Comte-Sponville (1995), ser *fiel* é “recusar-se a mudar de idéia sem boas e fortes razões (...) é dar por verdadeiro, até novo exame, o que uma vez foi clara e solidamente julgado. Nem dogmatismo, pois, nem inconstância. Tem-se o direito de mudar de idéia...” (p. 30). Disto depreende-se que a manutenção da *fidelidade* é dependente, além do valor, das razões que a justificam.

Em razão desses argumentos, caracterizamos certas condutas “fiéis” como simulacro de *fidelidade*. Por não ser produto de escolha, o indivíduo age fielmente como se fosse um autômato. É imposta pela tradição e não se questiona a sua validade. É esse tipo que predominou nas sociedades escravocratas e ainda prevalece nas primitivas e tradicionalistas. Nessas coletividades as pessoas, mesmo antes de nascerem, já têm determinados o seu lugar na estrutura social, o que podem pensar a respeito de si, as opções profissionais e conjugais. Suas identidades dependerão, portanto, da posição que ocupam no tecido social, ficando reduzidas as possibilidades de escolha e de decisão sobre aspectos de suas vidas. Neste caso, os homens mantêm-se *fiéis* aos costumes e aos membros dessa sociedade por obrigação, e não por *fidelidade*.

Há ainda, neste século, um tipo de *fidelidade* imposta por uma doença sexualmente transmissível. Referimo-nos à AIDS. A necessidade de precaver-se contra os reais perigos representados por ela fez com que as pessoas modificassem seus comportamentos sexuais, a ponto de a *fidelidade* ser erigida à condição de única alternativa à garantia da sobrevivência. Como assinala Sibony (1992), “a ‘fidelidade’ imposta pela AIDS deixou de ser fidelidade (...) a sua necessidade objetiva fez com que se tornasse uma precaução, uma técnica” (p. 14).

Vê-se nitidamente – apesar de a aparência indicar o contrário – que essas condutas não podem ser concebidas como de *fidelidade* e quiçá *virtuosas*. O indivíduo não toma aqui as rédeas de seu próprio destino, não sendo a *fidelidade*, destarte, vista como um valor, dentre outros, regulador das relações de si consigo mesmo e com os demais.

Em algumas situações, verifica-se a presença de um tipo de *fidelidade* que se caracteriza muito mais por ser um vício. Ela não pode, a nosso ver, ser considerada uma excelência moral, porque, apesar da

liberdade de escolha, obedece-se cegamente e sempre a algo estimado. O que vale é manter a *fidelidade*, seja a si, seja aos amigos ou a um acordo. Parte-se da premissa de que, uma vez estabelecida uma relação de *fidelidade*, como à *palavra empenhada*, ela não pode ser modificada. A manutenção da *fidelidade*, nesse aspecto, aproxima-se da fé, do dogmatismo e do fanatismo, pois ela impede a alteração de idéias, considerando-as absolutas. “(...) ela recusa antecipadamente tudo aquilo que pode acontecer de ‘diferente’ e que venha do ‘Outro’” (Sibony, 1992, p. 17).

Desse modo, pouco importa que o valor a que se é fiel vá de encontro ao respeito mútuo e à reciprocidade. A idéia de humanidade não atua como imperativo, pois o importante é, unicamente, a relação do indivíduo com o objeto da conduta *fiel*. Essa relação, além disso, é vista, por quem a assumiu, como uma dívida que, por mais que haja empenho, nunca será integralmente paga. Mesmo que tenha sido decorrente de procedimentos da razão, a *fidelidade viciada* não admite modificar ou descumprir o que foi estabelecido. Por mais que argumentos solidamente construídos e a realidade dêem mostras do contrário, a consciência não se transforma, conservando-se *fiel*.

A *fidelidade virtuosa*, ao contrário, está intimamente ligada ao valor da causa para o mundo em geral, não se traduzindo, assim, nem no excesso nem na falta.

### OS ESTUDOS SOBRE A FIDELIDADE COMO VALOR MORAL

Apesar de inúmeros exemplos literários e históricos mostrarem que a *fidelidade* como valor moral desempenhou papel importante nas condutas humanas, e ainda que reflexões filosóficas apontem seu poder na determinação das condutas morais, são recentes e raros os estudos psicológicos que dissertam especificamente sobre o tema.<sup>7</sup>

No Brasil, os estudos existentes tratam, basicamente, da *fidelidade* amorosa, religiosa e do consumidor. Quanto aos trabalhos arrolados nos *Psychological Abstracts* (1996-1999), a situação não é

<sup>7</sup> Esta constatação se dá com base em estudo feito em 1999 sobre os trabalhos relacionados à fidelidade nos seguintes centros de pesquisa e de documentação: Faculdade de Ciências e Letras de Assis (Unesp), Instituto de Psicologia da USP – SP, Faculdade de Educação da Unicamp, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC e Biblioteca Mário de Andrade (SP). Pesquisamos também nas bases de dados eletrônicos *Dedalus* (USP – SP), *Acervus* (Unicamp) e *Psychological Abstracts*.

muito diferente. Apesar da existência de 284 referências a trabalhos que empregaram nos resumos o termo *fidelidade* (*fidelity*) ou *lealdade* (*loyalty*), encontramos apenas três relacionados à moralidade e, mesmo assim, na perspectiva da psicologia social. É o caso do estudo realizado por Shokouhi-Behnam e cols. (1997) sobre os valores morais considerados mais importantes para estudantes universitários de famílias norte-americanas e iranianas: no caso dos estudantes norte-americanos do sexo masculino, são a justiça, a confiança e a lealdade, ao passo que, para os iranianos, a justiça, a confiança e o *entitlement*. As mulheres, independentemente da nacionalidade, consideram significativamente mais importante a lealdade. Há ainda o estudo de Xing (1998) acerca da influência do contexto cultural na determinação dos valores morais, sobretudo em indivíduos de baixa escolaridade, e o de Kerr e cols. (1997), que constataram tendência de universitários americanos a honrar os compromissos assumidos por *fidelidade* às normas interiorizadas.

Os demais estudos estão, em sua maioria, inseridos nas seguintes áreas: psicologia do consumidor, como os que procuram verificar as razões da *fidelidade* a determinados produtos; metodologia científica (verificação de procedimentos e formas de tratamento de pacientes psiquiátricos e a importância da *fidelidade* a tais terapêuticas), formação de militares (testagem de simuladores); psicologia comparativa (*fidelidade* de alguns animais aos parceiros e a seus territórios) e alguns poucos sobre a psicologia do relacionamento humano (a *fidelidade* nos relacionamentos amorosos).

Quanto à existência de ensaios, encontramos apenas alguns, publicados num dos volumes da “Série Éticas” (Wajsbrot, 1992), e dedicados, em sua maioria, à reflexão sobre a *fidelidade* amorosa. Mesmo na filosofia, constatamos a existência de somente dois estudos: *De la fidelité*, de Nédoncelle (1953), e *Filosofia de la Fidelidad*, de Royce (s/d.).

## MÉTODO

Utilizamos como informantes 186 estudantes de ambos os sexos, com idade de seis, nove e doze anos, de nível socioeconômico desfavorecido, regularmente matriculados no ensino fundamental de escolas públicas da região de Assis (SP). Empregamos como instrumento para a coleta de informações seis pequenas histórias envolvendo dilemas morais, as quais foram tomadas como ponto de partida para a entrevista clínica posterior, de acordo com o modelo piagetiano (1932/1994).

Os dilemas procuraram testar a *fidelidade* à *palavra dada* em duas situações distintas: furto e mentira. Eles foram elaborados pelo fato de a ação de apropriar-se de um bem alheio, segundo relato dos próprios estudantes, acontecer nas escolas e por ser extremamente condenável por eles.

Quanto ao furto, por exemplo, apresentamos o seguinte dilema:

Júlio e Cláudio são irmãos e tinham prometido nunca falar nada um do outro a ninguém, por pior que fosse a situação. Certo dia, porém, Júlio viu Cláudio, de ... anos de idade, furtar algo de um menino da escola e ficou sem saber o que fazer. O que você acha que Júlio deveria fazer, quando viu seu irmão furtar algo de um menino da escola, sendo que eles tinham prometido nunca falar nada um do outro para ninguém, por pior que fosse a situação? Por quê?

Em relação à mentira, apresentamos dilema semelhante:

Os amigos Guilherme e Matheus tinham prometido que um nunca falaria nada do outro a ninguém, por pior que fosse a situação. Acontece que certo dia Guilherme viu seu amigo Matheus, de ... anos de idade, que se vangloriava de sempre dizer a verdade, mentir para um menino da escola. O que você acha que Guilherme deveria fazer, quando viu seu amigo mentir para um menino da escola, sendo que eles tinham prometido nunca falar nada um do outro a ninguém, por pior que fosse a situação? Por quê?

Avaliamos como importante informar que analisamos somente os julgamentos das crianças sobre dilemas hipotéticos. Nesse sentido, o presente estudo não investigou o juízo prático e a ação efetivamente realizada, como fez Piaget (1932/1994) em relação a “As regras do jogo”.

Na coleta das informações, procedemos da seguinte forma: entramos em contato com a Direção das escolas, a fim de obter a autorização para a coleta das informações e a lista dos estudantes; de posse dessas listas e conforme a idade, escolhemos aleatoriamente os sujeitos a serem convidados a participar da pesquisa; tendo os sujeitos concordado, aplicamos os dilemas individualmente, numa sala destinada a este fim.

Obtidas as informações, procedemos inicialmente a uma leitura minuciosa das respostas e das justificativas dadas. As respostas foram transcritas

para uma folha-padrão, que serviu de base para a montagem posterior de tabelas. Após a leitura das justificativas, construímos categorias que, então, foram submetidas à apreciação de juízes. Com os dados categorizados, montamos tabelas e gráficos tomando por base os objetivos do presente estudo.

## OS RESULTADOS E A ANÁLISE

Como mencionamos, o presente estudo teve como propósito verificar se a *fidelidade à palavra empenhada* de não falar nada um do outro a ninguém, por pior que fosse a situação (como a do furto e da mentira) seria considerada, pelos escolares, um valor capaz de influenciar os seus julgamentos morais.

Os resultados mostram que cerca de 25,0% dos participantes seriam motivados por *fidelidade à palavra empenhada*. Em outras palavras, em torno de um quarto dos escolares pesquisados – uma vez dada a palavra – não contariam a alguém sobre a autoria do furto e/ou da mentira.

O primeiro aspecto evidente refere-se ao percentual de julgamentos que mostra ser a *fidelidade à palavra empenhada* um valor influente, evidenciando que a honestidade e a veracidade se colocam, para a maioria dos entrevistados, como imperativos a respeitar mais importantes do que a palavra dada de silenciar ante a ação de furtar e a de mentir.

Apesar disso, não esperávamos que a *fidelidade à palavra empenhada* fosse “derrotada”. Vários autores<sup>8</sup> consideram que atualmente vivemos imersos no império dos valores privados e dos ligados à glória. Por exemplo, para inúmeras pessoas mais vale a amizade e a coragem do que a justiça; mais a beleza e o prestígio social do que a solidariedade e a doçura. Assim, esperava-se que a maioria dos estudantes se guiasse por *fidelidade*. Entretanto, o resultado foi o oposto. Como explicar este falta de nexo?

Acreditamos que esta opção pela honestidade e pela veracidade é produto de um mero modismo, paradoxalmente estimulado pelos mesmos meios de comunicação de massa que fazem a apologia do egoísmo. Ultimamente, diriam e/ou pensariam alguns, é *fashion* ser honesto e verdadeiro. Veja-se o exemplo das camisetas que apelam para o combate ao câncer de mama, à fome e à falta de valores morais. Dessa forma, mais do que ajudar, é “chique” ou politicamente correto defender valores morais, como a

honestidade e a veracidade. Ainda a este respeito, há o caso de uma empresa de moda que lançou recentemente uma coleção de camisetas que apela para a prática da *fé*, da honestidade, do respeito, da luta e da esperança, produzida com a intenção de auxiliar instituições de assistência aos mais necessitados. Na mesma linha, está previsto o lançamento de camisetas e outros apetrechos com a finalidade de angariar fundos para a campanha oficial do *Governo Lula* de combate à fome. As razões para a “defesa” de tais valores não se fundamentam em que, se não for assim, estaremos inviabilizando ainda mais a própria vida em sociedade. Dessa maneira, o fato de tais estados serem honestos ou verdadeiros não significa que sejam decorrentes de um processo de reflexão. Em outras palavras, não acreditamos que tais atitudes morais sejam advindas de um processo de legitimação.

Talvez seja isso o que explica a aparente contradição advinda do fato de esses indivíduos defenderem valores como o de honestidade e, ao mesmo tempo, serem extremamente individualistas. Apesar de não acreditarmos que os indivíduos elaborem esse tipo de raciocínio quando são ao mesmo tempo individualistas e honestos, concordamos com Savater (1996) quando ele assinala que é falsa a oposição entre esses dois valores. Justamente por ser individualista é que o sujeito procurará ser honesto. Com isso ele estará, provavelmente, preservando seus bens materiais e humanos e sua própria vida, já que, em tese, o sujeito delatado sobre a prática de um furto não recorrerá mais a este meio. Logo, ser honesto é, no fundo, estar contribuindo para a preservação da individualidade, mesmo porque o sujeito poderá, um dia, estar em situação semelhante. A contradição só é possível com o *imbecil* que acredita e age unicamente com o fito de defender os próprios interesses, esquecendo-se de que eles são dependentes dos outros.

Mesmo com a “vitória” expressiva de valores públicos sobre os supostamente privados<sup>9</sup>, o fato é que uma parcela dos entrevistados foi *fiel à palavra empenhada*. Como explicar este resultado, isto é, o fato de uma parcela dos entrevistados ter sido *fiel à palavra dada*, mesmo diante de contextos condenáveis legal e moralmente?

Como já dissemos, tais condutas talvez se devam ao fato de estes sujeitos terem como um dos valores mais importante para si a *fidelidade à palavra dada*. Logo, isto significa dizer que eles não poderiam ter agido de outra maneira, mesmo tendo chegado por

<sup>8</sup> Por exemplo, Costa (1988), Calligaris (s/d.), Senett (1988) e La Taille (2000)

<sup>9</sup> Estamos tomando valores públicos e privados, respectivamente, como moral do *como se deve agir* e de *como se deve ser*.

meio da razão à conclusão de que a manutenção da *fidelidade* nestes contextos é incompatível com a própria existência da sociedade.

Afinal, como escreveu Levy-Bruhl em 1902, a moral é influenciada por fatores estruturais e conjunturais, e o próprio Piaget, ao se referir à conduta moral do sujeito autônomo, alertou para a necessidade de ele encontrar algum tipo de guarida para as suas ações; caso contrário, ele estará correndo o risco de, mesmo sendo capaz de agir de modo cooperativo, apresentar conduta heterônoma. Há ainda outra advertência do próprio Piaget, reforçada por Flanagan (1991/1996), Taylor (1989/1994), Campbell e Cristhopher (1996), Tugendhat (1996) e La Taille (2000), dentre outros filósofos e cientistas da moralidade humana, e já apontada por nós, de que uma dada ação moral não é motivada apenas por fatores cognitivos. Assim, não basta estar racionalmente convencido para que se aja de maneira consoante. Além das estruturas cognitivas, *o que se olha* e a maneira *como se olha* são influenciados, também, pela história de vida de cada um. É ela a produtora de indivíduos singulares e uma das responsáveis por nossa avaliação dos diversos acontecimentos, na medida em que, juntamente com as estruturas, leva à construção de valores. Dessa forma, apesar de, supostamente, uma parcela maior dos escolares de 12 anos ser desenvolvida cognitivamente (pelo menos, mais do que os de seis e a maioria dos de nove anos de idade), isto é, serem operatórios, isto não implica que teriam uma determinada ação esperada do ponto de vista moral - no caso, a cooperativa, inclinada, portanto, à defesa da honestidade e da verdade. É certo que eles têm algumas ferramentas para isto, como a capacidade de descentrar-se e colocar-se no ponto de vista alheio. Porém faltam-lhe outras, como a qualidade e a quantidade das relações interindividuais estabelecidas. Deste modo, de nada adianta ter o pensamento racional plenamente desenvolvido e não interagir com as demais pessoas ou só estabelecer relações fundamentadas no respeito unilateral. Como certeza, o hipotético sujeito será um gênio no manuseio do computador e literalmente uma nulidade no campo das relações interpessoais. Falta-lhe também outra condição, a nosso ver a mais importante: o querer agir desta maneira, ou seja, os valores que poderiam levá-lo a ter determinadas condutas cooperativas.

Compartilhamos da idéia de que a divulgação de assuntos atinentes à violência, e mesmo sua ocorrência, podem influenciar os julgamentos e as condutas dos indivíduos. A violência é um dos assuntos mais comentados pelos meios de

comunicação de massa, sobretudo em razão de, nos últimos tempos, ter aumentado significativamente a sua ocorrência nas instituições de ensino; entretanto, tal aspecto não é suficiente para que os estudantes modifiquem seus julgamentos sobre o furto e a mentira ou, até mesmo, vejam essas práticas como ações igualmente nocivas.

Como é possível concluir a partir de Piaget (1977), a criança não é presa fácil do meio social onde se encontra inserida. Há um conjunto de estruturas cognitivas, e mesmo a história psicológica de cada um, que podem tornar ou não um dado estímulo significativo para o sujeito. Dessa forma, o furto e sua consequência, a desonestidade, só terão sentido para o sujeito se ele tiver construído uma lógica moral adequada para essa compreensão, o que não parece ser o caso. Segundo o estudioso da aprendizagem e do construtivismo Castorina (1988), “sem esquemas de ação, sem uma atividade organizadora da realidade, os fatos não são significativos para o sujeito” (p.17).

Poder-se-ia argumentar, sobre este aspecto, que o sujeito não necessita ter uma lógica autônoma para ser, nos contextos apresentados, contrário à *fidelidade*. Afinal, uma dada situação pode não fazer sentido e mesmo assim determinar a conduta do sujeito, no caso a de ser infiel à palavra empenhada. Basta tão-somente que ele nutra respeito pelos adultos e/ou pelas leis. O problema é que, neste caso, a probabilidade de ele agir de maneira contrária à apregoada é considerável, ou seja, mesmo condenando o furto, ele pode acabar agindo por *fidelidade à palavra*. Em outros termos, a norma moral não será respeitada (no máximo será acatada) sem ter sido, por ele, legitimada. Portanto, continua válida a nossa tese de que – apesar de toda veiculação feita pela mídia – um determinado estímulo só sensibiliza o sujeito se, para ele, tal atividade for significativa.

Consideramos que a honestidade e a veracidade, assim como a *fidelidade à palavra empenhada*, são problemáticas para a existência da própria sociedade quando não são produto da razão. Por exemplo, os sujeitos, ao se mostrarem incapazes de refletir sobre a pertinência de se manterem ou não fiéis aos contextos propostos, tendem a agir sem consciência. Isto não significa, necessariamente, que eles realizarão uma ação contrária à proferida, mas cega e ao sabor de “desejos” momentâneos. Talvez seja este o fator explicativo da maneira como os jovens estão agindo ultimamente: de acordo com a conveniência, sem se orientar racionalmente por uma filosofia informadora do *reto agir*.

Com efeito, não é suficiente, para que possamos falar de verdade racional, que o

conteúdo das afirmações seja conforme à realidade: é preciso, ainda, que este conteúdo tenha sido obtido por um procedimento ativo da razão e que a própria razão esteja em condições de controlar o acordo ou o desacordo de seus juízos com a realidade. (Piaget 1932/1994, p. 298)

Isto posto, preocupamo-nos também em investigar a influência da *fidelidade à palavra empenhada* em função da idade dos participantes. Os resultados a este respeito não permitem inferir espécie alguma de relação entre a influência da *fidelidade à palavra dada* e a idade dos participantes.

Acreditávamos que, assim como em relação à justiça, a *fidelidade à palavra empenhada* seria influenciada pela idade dos participantes. Mais ainda: postulávamos que, conforme aumentasse a idade dos escolares, mais eles se pronunciarão desfavoráveis a este valor.

A primeira hipótese – relação entre a idade e o tipo de resposta a ser dada – respaldava-se nas pesquisas elaboradas por Piaget, que evidenciaram essa dependência, tanto em relação ao desenvolvimento cognitivo quanto ao moral (1964/1973 e 1932/1994). O referido pesquisador demonstrou empiricamente que as crianças não são possuidoras de lógica de funcionamento mental semelhante à do adulto. Ao contrário, dependendo do seu nível de desenvolvimento, a criança apresenta maneira qualitativamente diferente de interpretar e de se relacionar com o mundo, maneira que difere inclusive do modo como outras crianças – localizadas em momentos diferentes do desenvolvimento – dão sentido a ele.

Apesar de concordarmos com a premissa da *evolução qualitativa*, poder-se-ia argüir que a idade não é um meio eficaz de aferição do nível de desenvolvimento cognitivo e moral. Embora se esteja tomando a idade cronológica como índice do nível de desenvolvimento dos sujeitos, temos plena consciência de que nem sempre tal relação procede. Afinal, o referido desenvolvimento depende de vários fatores, que vão desde a maturação orgânica até a interação com os objetos físicos e sociais e o processo de equilíbrio. Logo, dificilmente poder-se-á considerar a idade cronológica como bom indicador do patamar de desenvolvimento. Provavelmente a criança não apresentará *operatividade* aos 12 anos, se as condições oferecidas pelo meio físico e social não forem potencialmente “problemáticas”. Ter-se-á, da mesma forma, resultado semelhante se tais circunstâncias estiverem muito além da competência do sujeito, pois elas não serão vistas como significativas. De qualquer

maneira, é válido supor que o sujeito de 12 seja mais desenvolvido do que o de nove anos. Assim, permanece válida a conjectura acerca da relação entre idade e respostas diferentes.

A segunda hipótese – relação entre a quantidade de justificativas desfavoráveis à *fidelidade* e à idade – está amparada na importância que o processo de *socialização secundária* tem assumido, cada vez mais, na produção das condutas dos jovens.<sup>10</sup> A criança, antes de ingressar na escola, tem seu universo de valores bastante reduzido. Fundamentalmente, ele se restringe àquele apreciado e considerado correto pelos familiares, já que esse grupo social – além de ser o primeiro de inserção da criança no mundo – é considerado essencial para o seu desenvolvimento.<sup>11</sup>

Ao ingressar na escola, todavia, esse universo é significativamente ampliado ou modificado. Como a criança tende, num primeiro momento, a conceber o professor de maneira análoga ao modo como concebe os pais, investe-o do mesmo poder e acaba, em conseqüência, incorporando e/ou (re)construindo seus valores morais. Ela vai, ao mesmo tempo, adquirindo e construindo novos, valendo-se das relações interindividuais estabelecidas com seus amigos e colegas. Nesse interjogo de valores, alguns vão sendo abandonados; outros, que ocupavam posição central na personalidade, são deslocados para a periferia, e os que ocupavam tal lugar, ou não faziam parte da personalidade, acabam ocupando posição central e, assim, influenciando os julgamentos morais.

<sup>10</sup> Socialização secundária é um termo empregado para designar todo o processo de educação que ocorre a partir do momento em que a criança ingressa na escola. Diferentemente da socialização primária (a desenvolvida na família) – em que o processo de educação se dá, basicamente, por intermédio da afetividade –, a via principal de mediação na secundária é a razão.

<sup>11</sup> Apesar de estudos recentes e sem respaldo científico questionarem o lugar da família como a agência socializadora mais importante (ver a esse respeito, a resenha do estudo de Harris (1998), publicada na Revista *Veja* de 26/08/1998), praticamente todos os estudiosos do desenvolvimento infantil são unânimes em atribuir-lhe papel de destaque na construção da personalidade dos indivíduos. Lacan (1990) chega a afirmar que ela é determinante dos processos psíquicos fundamentais, uma vez que é a responsável pela *educação primária, repressão dos instintos e aquisição da linguagem*. Contudo, mesmo nós temos reservas em relação a este poder de determinação absolutista da família nos dias de hoje, pois não podemos desprezar a influência dos meios de comunicação de massa. Afinal, a maioria das nossas crianças das camadas populares permanece, em média, 12 horas na frente nos televisores. Neste momento, indagamo-nos: quem está realmente determinando ou influenciando sobremaneira as condutas infantis?

Além do desenvolvimento cognitivo, esse processo só é possível - cabe sublinhar - exatamente porque a criança depara-se e/ou “enxerga” novos valores. Em decorrência, passa a questionar, a relativizar e, mesmo, a mudar os até então tidos como únicos e inquestionáveis. É compreensível, assim, que as crianças tendam a substituir certos deveres morais impostos pelos pais (por exemplo, a honestidade) por aqueles estimulados, sobretudo, pela *mass media* e valorizados por diversos grupos sociais (ser defensor dos membros e dos interesses dos grupos de pertencimento), já que, no contexto atual, valores de caráter privado e afetivo têm sido cada vez mais apreciados pela sociedade, em detrimento dos de caráter público e racional.

Não podemos, quanto a esses aspectos, deixar de assinalar ainda que os sujeitos de nove e de 12 anos estão experimentando intensas emoções e conflitos afetivos. Há uma tendência, quando se está passando por esses momentos, a se preocupar prioritariamente com os próprios interesses, e isto significa, também, desconsiderar ou deslocar para uma posição secundária os valores impostos pela família.

É possível, ainda, que mesmo as famílias, por medo de serem punidas, estejam incitando os seus filhos à *fidelidade à palavra* de silenciar sobre a autoria de uma infração. Rotineiramente a imprensa noticia episódios como os de pessoas que se calam diante de casos de homicídio e de latrocínio. Assim, pode ser que indivíduos das camadas populares estejam impondo e priorizando também outros valores, a ponto de eles passarem a regular as relações interpessoais, como o *fidelidade à palavra* de não contar nada a ninguém, independentemente do ocorrido. Afinal, não ser fiel, neste contexto, pode significar a morte.

Os resultados, todavia, não foram convenientes para a proposição da existência de uma psicogênese da *fidelidade à palavra*. Tem-se, dessa maneira, o seguinte desfecho: os participantes *fiéis*, independentemente da idade, provavelmente se orientaram por *fidelidade* em razão de terem este valor como uma virtude – assim como ocorreu em relação aos infieis à palavra, que tiveram como parâmetro a defesa da honestidade e da veracidade.

Diferentemente da idade, verificamos que há relação entre a *fidelidade à palavra empenhada* e o sexo dos participantes. As meninas entrevistadas foram proporcionalmente mais fiéis do que os meninos, sobretudo na situação que envolvia a mentira. Elas, além disso, levam mais em consideração os valores relacionados à dimensão privada (*fidelidade* à irmã e à amiga); os meninos mais

os referentes à pública (a honestidade). Essa maneira de pensar acontece, provavelmente, pelo fato de uma parcela dos homens e das mulheres ainda ser submetida a processos de socialização antiquados e diferentes. Algumas meninas, desde a mais tenra idade, são educadas para cuidar das outras pessoas (especialmente do futuro esposo e dos filhos), realizar os afazeres domésticos, ser fiel ao homem que um dia, provavelmente, a desposará, e para cultivar seu universo afetivo. Esses aspectos levam à produção e à valorização de um conjunto de *representações de si* que acabam, muitas vezes, determinando certos julgamentos morais. Assim, nas situações colocadas pelos dilemas, a maioria das meninas acaba optando por ser *fiel à palavra dada* porque essa escolha significa, em consequência, preservar os laços afetivos com as pessoas íntimas. Os meninos, ao contrário, têm seus julgamentos morais construídos por intermédio de um processo educativo calcado em valores públicos (como a honra, a honestidade e a justiça) e baseado no cultivo da razão. Essa interpretação talvez explique, em parte, o fato de eles serem menos *fiéis à palavra*, pois ser fiel, nesse caso, significa posicionar-se contrariamente a valores enfatizados no seu processo de socialização primária e secundária.

Ao se tecerem as referidas explicações, não se está querendo reforçar certas conclusões, como a de que as diferenças de gênero são decorrentes do fato de as mulheres terem, comparadas aos homens, *espírito jurídico menos desenvolvido* (Piaget, 1932/1994 e Kohlberg, 1992). Tampouco se é partidário de certas idéias, eivadas de preconceitos, como a de que os homens são superiores às mulheres e/ou a de que cada gênero é dotado de valores específicos: os do masculino, valores públicos; os do feminino, valores privados. O presente estudo defende a premissa de que ambos apresentam tais valores. Contudo, para uma parcela maior dos indivíduos masculinos ainda são mais enfatizados os valores públicos; para os do feminino, os privados.

Quanto ao tipo de envolvimento – assim como em relação à idade –, verificamos que ele não interfere nos resultados, ou seja, os julgamentos não se modificam em razão de a palavra ter sido empenhada entre amigos, irmãos ou membros de um grupo.

Esse dado vai de encontro às nossas suposições, pois acreditávamos que o tipo de relacionamento seria fundamental na determinação dos julgamentos dos participantes. Tal crença decorria das conjeturas tecidas por Lévy-Bruhl (1902/1953) e por Flanagan (1991/1996) acerca do caráter complexo envolvido no julgamento moral. As reflexões de ambos permitem pensar o seguinte: a maioria das pessoas, quando

emitem julgamentos morais, levam em consideração vários fatores, desde a gravidade da infração cometida, as conseqüências que a ação poderá ocasionar para si e para os outros até o tipo de relacionamento interpessoal. Dessa maneira, um sujeito tenderia a julgar diferentemente se se tratasse, por exemplo, de irmãos, de amigos, de indivíduos do mesmo sexo, de raça ou credo religioso.

No tocante à influência do tipo de relacionamento, especificamente, acreditava-se que os escolares – quando colocados diante de situações como as propostas – inclinar-se-iam a se mostrar mais fiéis aos irmãos do que aos amigos e aos colegas de grupo. A maior *fidelidade* ao irmão, nestes contextos, decorreria da combinação deste tipo de vínculo – o fraterno – com a ação cometida. Como o furto e a mentira abrangem claramente conteúdos julgados condenáveis moral e legalmente, os envolvidos tenderiam a agir com a finalidade de proteger primeiramente os irmãos. Esta opinião baseava-se no fato de eles pertencerem à mesma família. É sabido que a ordem social burguesa tem esta agência socializadora como a sua principal instituição, como um dos pilares de sustentação do seu modelo societário. Assim, a influência do relacionamento fraterno seria expressiva.<sup>12</sup> Acrescentem-se a isso as interpretações feitas por vários pensadores contemporâneos sobre a maneira como a maioria da população está vivendo atualmente.<sup>13</sup> A preocupação básica, nos dias de hoje, está centralizada na defesa de interesses particulares e/ou das pessoas mais próximas e na busca de soluções individuais para problemas coletivos. Admitindo-se que a nossa leitura esteja correta, ter-se-ia, então, mais uma razão para que os personagens fossem fiéis aos irmãos. Afinal, eles são as pessoas com as quais os participantes mantêm relacionamento mais próximo. Isso não significa que se desconsidere o fato de amigos e membros do grupo, sobretudo os mais velhos, serem igualmente vistos como pessoas próximas; entretanto, os irmãos encontrar-se-iam em posição mais privilegiada de

contigüidade do que os demais. Assim, as pessoas seriam sempre, em primeiro plano, *fiéis* aos membros da família e, em segundo, às demais pessoas. Isto não só por influência do *status quo* vigente. É óbvio que a *performance* cognitiva e o nível de desenvolvimento moral estejam dando condições para que aspectos relacionados à ordem social atual contribuam para a maior valorização daqueles com quem se têm relações de consangüinidade.

Tais suposições, contudo, não se confirmaram. Praticamente não houve diferenças em função do tipo de relacionamento. A explicação para isto talvez esteja paradoxalmente relacionada ao próprio vínculo. Por exemplo, as crianças utilizaram como justificativa para a infidelidade ao irmão o raciocínio de que o vínculo fraterno não deixará de existir em função da delação, além de os irmãos serem mais compreensivos. Como assinalou um dos entrevistados, *O irmão ia entender, porque ele fez uma coisa boa* [o ter delatado como autor do furto, já que afinal ele estava, com isto, impedindo que seu irmão permanecesse no *caminho ruim* – o do roubo].

Em relação aos amigos e aos membros do grupo, os sujeitos também utilizaram como justificativa – só que para a manutenção da *fidelidade* – o tipo de relacionamento. Explicamos: a infidelidade à palavra pode significar o rompimento do vínculo; em alguns casos, até em definitivo. Alguns participantes do estudo, por esta razão, disseram: *Amigo é diferente* [de irmão], *se prometeu não dedar* [contar], *tem que cumprir. Amigo é amigo!*.

Isso também ocorreu devido, provavelmente, ao fato de condutas hostis marcarem com certa freqüência as relações entre irmãos, sobretudo na tenra idade. A distribuição de tarefas penosas e injustas ou a aplicação de punições diferentes ou de maneira desigual (real ou fantasiosamente) pelos pais, somadas à existência de sentimentos ambivalentes entre eles desde o nascimento, levam os irmãos a freqüentemente sentirem ódio um do outro e a nutrirem relações de rivalidade. Como várias crianças chegaram a afirmar, *irmãos não são amigos*. Portanto, a máxima *sangue é sangue!* - não é mais importante do que, por exemplo, a amizade.

Resumindo: um quarto dos escolares pesquisados – uma vez dada a palavra – não tomaria atitude alguma diante de determinadas ações, como a do furto e a da mentira; as meninas são proporcionalmente mais fiéis do que os meninos, sobretudo quando se trata de não denunciar o autor de uma mentira; os julgamentos morais não se subordinam à idade dos participantes e ao tipo de envolvimento interpessoal, isto é, a porcentagem de justificativas relacionadas à

<sup>12</sup> Talvez esse raciocínio explique, inclusive, o fato de inúmeras pessoas terem condenado Pedro Collor de Melo por ter delatado o seu irmão Fernando Collor de Melo. Primeiro presidente escolhido por meio de eleições diretas depois do regime militar, ele foi julgado impedido pelo Congresso Nacional Brasileiro, com apoio significativo da opinião pública, de continuar exercendo as funções de chefe do Poder Executivo e de Estado, além de ter tido seus direitos políticos, cassados por oito anos. Esse processo todo ocorreu a partir das denúncias feitas por seu irmão do que ele estava envolvido em atos de corrupção.

<sup>13</sup> Vejam-se a esse respeito Costa (1988 e 1989), Senett (1988) e Lasch (1983 e 1986), entre outros pensadores.

*fidelidade à palavra* não se altera de maneira expressiva se os sujeitos são novos ou velhos de idade e se o relacionamento entre os escolares é fraterno, de amizade ou de grupo.

### CONCLUSÕES

As informações oferecidas pelos participantes possibilitaram a construção das seguintes conclusões:

1. *Os escolares estão mais próximos da ética da justiça do que da ética da fidelidade à palavra empenhada.* Em outras palavras, “ganham” os valores relacionados à esfera pública quando confrontados com os da particular. Afinal, somente um quarto dos escolares pesquisados, uma vez dada a palavra, não tomaria atitude alguma diante de determinadas ações, como a do furto e a da mentira. Estes números tornam manifesta, aparentemente, a importância que a ética do dever tem para a maioria dos entrevistados. Tanto a honestidade quanto a veracidade são, para eles, valores mais importantes e apropriados do que a *fidelidade à palavra dada* de manter segredo.
2. *Não existe uma psicogênese da fidelidade à palavra empenhada.* Quantitativamente as diferenças não foram expressivas e qualitativamente as justificativas foram, independentemente da idade, semelhantes, seja para a manutenção da *fidelidade à palavra* seja para o seu desrespeito.
3. *Existem duas visões morais – uma mais circunscrita ao universo masculino e outra ao feminino.* As meninas foram proporcionalmente mais *fiéis* do que os meninos sobretudo quando se tratou de não denunciar o autor de uma mentira, mostrando-se, assim, mais favoráveis à preservação da dimensão privada (por exemplo, fidelidade à irmã e à amiga), enquanto os meninos foram mais favoráveis à preservação da dimensão pública (honestidade e veracidade). No entanto, o estudo feito por nós não oferece elementos que possam nutrir a idéia de que os homens são guiados pela ética da justiça e as mulheres pela do cuidado (*care*), ou mesmo a de que os homens são moralmente mais desenvolvidos do que as mulheres: tanto um quanto o outro gêneros pronunciaram-se de maneira irrefletida. É mais plausível a tese de que o processo de socialização ainda leva os homens a se orientarem mais por valores públicos e as mulheres, por privados.
4. *Os julgamentos morais não se subordinam ao tipo de envolvimento entre os personagens.* Em outros

termos, a *fidelidade à palavra* não se altera de maneira expressiva se o relacionamento entre os escolares é fraterno, de amizade ou de grupo. Assim, por exemplo, não basta ser irmão para marcar a influência da *fidelidade*;

5. *A razão não é a única determinante do nível de desenvolvimento moral.* Os resultados em função da idade foram decisivos quanto a este aspecto. A maioria dos participantes de 12 anos ofereceram indicações de que eram heterônomos –, apesar de possuidores de lógica mental operatória. Este resultado não invalida a tese favorável à influência do desenvolvimento cognitivo, mesmo porque ele é imprescindível para a construção de uma moral autônoma; apenas coloca limites à razão como única força determinante da moralidade, modelo interpretativo defendido, sobretudo, pelos kohlbergianos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas conclusões permitem, finalmente, inferir que a opção da maioria dos estudantes pela honestidade e pela veracidade é, paradoxalmente, produto muito mais de um certo modismo destes tempos de crise moral e ética que estamos atravessando do que do fato de eles terem tais valores como centrais em suas personalidades. Afinal, hoje é moda ser honesto e verdadeiro. Melhor: parafraseando o eminente historiador Debord (1997): o importante não é *ser*, mas *parecer ser*. Logo, hoje é mania *parecer ser honesto e parecer ser verdadeiro*. Assim, arriscamo-nos a dizer que eles agem dessa maneira por adesão ao *establishment* e não porque os valores honestidade e veracidade tenham sido legitimados internamente. Reconhecida como legítima foi a “verdade” da propaganda.<sup>14</sup> E ela atualmente diz: o *barato* é ser honesto, verdadeiro, justo, solidário e ter fé! Neste sentido, julgamos que a *fidelidade à palavra empenhada* – apesar de ser um valor privado –

<sup>14</sup> Responsabilizamos sobremaneira a propaganda em virtude de termos notado que, nos últimos tempos, mesmo os piores programas televisivos têm procurado exercer alguma função educativa. Entenda-se tal aspecto como *desvelamento do real*. O *falseamento do real*, por outro lado, tem sido exercido pelas propagandas. É interessante observar que, como instrumento de entretenimento, os jovens de hoje, diferentemente dos de outras épocas, têm preferido as propagandas ao conteúdo e às imagens veiculadas pelos programas. Talvez este seja mais um fator explicativo do fato de grande número de jovens ter assistido e gostado da excelente obra cinematográfica *Cidade de Deus*. A estética do filme, a nosso ver, é típica da mídia.

constitui instrumento de contestação destes *tempos sombrios*.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, U. F. (1993). *Um estudo da relação entre “ambiente cooperativo” e julgamento moral na criança*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.
- Araújo, U. F. (1998). *O sentimento de vergonha como regulador moral*. Tese de Doutorado Não-Publicada, Programa de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Calligaris, C. (s/d.). *Hello Brasil! Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Escuta.
- Carraher, T. N., Carraher, D. & Schliemann, A. L. (1991). *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Castorina, J. A., Lenzi, A., Fernández, S., Casávola, H. M., Kaufman, A. M. & Palau, G. (1988). *Psicologia genética: aspectos metodológicos e implicações pedagógicas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Comte-Sponville, A. (1995). *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes.
- Costa, J. F. (1988). Narcisismo em tempos sombrios. Em J. Birman (Coord.), *Percursos na história da psicanálise* (pp. 151-174). Rio de Janeiro: Taurus.
- Campbell, R. & Christopher, J. (1996). Moral development theory: a critique of its kantian presuppositions. *Developmental Review*, 16 (1), 1-47.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Dornelles, B. U. (1987). Mecanismos seletivos da escola pública: um estudo etnográfico. Em B. J. L. SCOZ, L. M. C. Barone & E. Rubinstein (Orgs). *Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional* (pp.251-274). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Flanagan, O. (1991/1996) Cognition morale: développement et structure profonde. Em O. Flanagan, *Psychologie morale et éthique* (pp.213-237). Paris: Puf.
- Freitag, B. (1984). *Sociedade e consciência: um estudo piagetiano na favela e na escola*. São Paulo: Cortez/Autores Associados.
- Harris, M. (1998, Ago 26). Revista de Notícias *Veja*. São Paulo: Abril Cultural.
- Kerr, N. L. (1997). That still, small voice: commitment to cooperate as na internalized versus a social norm. *Personality and social psychology Bulletin*, 23 (12), 1300-1311.
- Kupfer, M. C. M. (1988). *Freud e a educação*. São Paulo: Scipione.
- Kupfer, M. C. M. (1990). *Desejo de saber*. Tese de Doutorado Não-Publicada, Programa de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Kohlberg, L. (1992). Teoría del desarrollo moral. Em L. Kohlberg. *Psicologia del desarrollo moral* (pp. 43-214). Bilbao: Desclée.
- La Taille, Y. de (1992). Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget. Em Y de La Taille (Org.). *Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão* (pp. 47-73). São Paulo: Summus.
- La Taille, Y. de (1998). *As virtudes morais segundo as crianças*. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (Mimeo).
- La Taille, Y. de (2000). *Vergonha, a ferida moral*. Tese de Livre-Docência Não-Publicada, Programa de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- La Taille, Y. de (2002). Cognition, afeto e moralidade. M. K. de Oliveira, D. T. R. Souza & T.C. Rego (Orgs.). *Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea* (pp. 135-158). São Paulo: Moderna.
- Lacan, J. (1990). *Os complexos familiares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lasch, C. (1983). *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lasch, C. (1986). *O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense.
- Lévy-Bruhl, L. (1902/1953). *La morale et la science des mœurs*. Paris: PUF.
- Lukjanenko, M. F. P. (1995). *Um estudo sobre a relação entre o julgamento moral do professor e o ambiente escolar por ele proporcionado*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas.
- Macedo, L. de (1992). Para uma psicopedagogia construtivista. Em E. S. de Alencar (Org.). *Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem* (pp. 119-40). São Paulo: Cortez.
- Menin, M. S. de S. (1985). *Autonomia e heteronomia às regras escolares: observações e entrevistas na escola*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada, Programa de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Nédoncelle, M. (1953). *De la fidélité*. Paris: Éditions Mouton.
- Patto, M. H. S. (1987). A criança da escola pública: deficiente, diferente ou mal trabalhada? Em São Paulo (Estado). Secretaria da Educação. CENP. *Ciclo básico* (pp.51-61). São Paulo: SE/CENP.
- Patto, M. H. S. (1990). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Pessanha, J. A. M. (1987). Sócrates: vida e obra. Em Platão, *Defesa de Sócrates* (pp.VII-XXIII). São Paulo: Nova Cultural.
- Piaget, J. (1930/1996). Os procedimentos da educação moral. Em L. de Macedo, *Cinco estudos de educação moral* (pp. 1-36). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Piaget, J. (1932/1994). *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus.
- Piaget, J. (1948/1977). *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: José Olympio.
- Piaget, J. (1954). *Les relations entre l'affectivité et l'intelligence dans le développement mental de l'enfant*. Paris: Centre de Documentation Universitaire

- Piaget, J. (1964/1973). *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense.
- Piaget, J. (1988). *Sobre a pedagogia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Royce, J. (s.d.). *Filosofia de la fidelidad*. Buenos Aires: Libreria Hachette.
- Savater, F. (1993). *Ética para meu filho*. São Paulo: Martins Fontes.
- Senett, R. (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Shokouhi-Behnam, S. (1997). Cross-cultural applicability of contextual family therapy: Iranian and American college students perceptions of familial and peer relationships. *Psychological Reports*, 80 (2), 691-694.
- Sibony, D. (1992). Divisor de águas. Em N. Czechowsky (Org.), *A fidelidade: um horizonte, uma troca, uma memória* (pp. 13-24). Porto Alegre: L&PM.
- Silva, N. P. (2002). *Entre o público e o privado: um estudo sobre a fidelidade à palavra empenhada*. Tese de Doutorado em Psicologia Não-Publicada, Programa de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Taylor, C. (1994). A identidade e o bem. Em C. Taylor, *As fontes do self* (pp.15-145). São Paulo: Edições Loyola. (Publicado originalmente em 1989).
- Tugendhat, E. (1996). *Lições sobre ética*. Petrópolis (RJ): Vozes.
- Xing, A. (1998). An interface between individualistic and collectivistic orientations in Chinese cultural values and social relations. *Howard Journal of Communications*, 9(2), 91-107.
- Wajsbrot, C. (Org.). (1992). *A fidelidade: um horizonte, uma troca, uma memória*. Porto Alegre: L&PM.

Recebido em 20/10/2003

Aceito em 19/04/2004

---

**Endereço para correspondência:** Nelson Pedro Silva. Unesp – Campus de Assis, Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, Av. Dom Antônio, 2.100 – Tênis Clube, CEP 19806-173, Assis-SP. E-mail: nelsonp@femanet.com.br